

[de-mãos-dadas]

em defesa da escola pública



SISM MAC

gestão
É tempo de
resistir e
conquistar!
CUT CNTE

ELEIÇÃO NO SISMMAC



2011

NOS DIAS 7 E 8 DE JUNHO, NÃO DEIXE DE VOTAR

Pág. 3

**Hora-atividade de
1/3 ou hora extra!**

Pág. 04

**Valorização pelo
tempo de serviço**

Pág. 05

**Principais emendas
da CNTE ao PNE**

Pág. 07

Magistério leva questões das escolas para SME

Reunião do Sismmac com a secretária Liliane Sabbag ocorreu no dia 9 de maio

Foi realizada reunião entre o magistério municipal e a secretária da Educação Liliane Sabbag, na tarde de 9 de maio. O encontro ocorreu na sede da SME.

Além de dirigentes do Sismmac participaram da conversa professoras de Educação Infantil, de EJA, da Educação Especial e das séries finais, convidadas para apresentar dúvidas, questionamentos e sugestões de quem vive o chão da escola. Estiveram presentes também duas diretoras do Sismuc.

Hora-atividade

O primeiro item da reunião foi a hora-atividade. Indagada sobre a posição da SME sobre a Lei do Piso (leia na página 4), a secretária da Educação afirmou que estão sendo feitos os estudos sobre o impacto da medida, para que seja adotada. "Se é lei, temos que cumprir, mas precisamos ver como", afirmou. A direção sindical informou que tem em mãos estudo elaborado pelo Dieese sobre o impacto nas contas do município

e se dispõe a debatê-lo.

Educação Infantil

Mas antes de implantar a hora atividade de 33%, é preciso cumprir ao menos a de 20% na Educação Infantil. Professoras e educadoras têm direito à hora-permanência, mas em muitos casos a lei não é respeitada.

A secretária se comprometeu a orientar os diretores de que a permanência é lei e precisa ser cumprida. Tanto para professoras quanto para educadoras. Professora que apresentar LTS não pode perder a permanência. Esta é a posição oficial da SME.

A direção do Sismmac solicita, portanto, que professoras informem o sindicato se os seus direitos estiverem sendo desrespeitados. Será preservado o sigilo do nome e demais informações (como escola, por exemplo).

Uma professora questionou a secretária sobre informações de que a partir do próximo ano não haverá professoras em CMEIs nos períodos da tarde. Segundo

a secretária, esta foi apenas uma sugestão apresentada por gestores, que sequer foi encaminhada pela SME. Por ora, segundo ela, não há nada neste sentido.

EJA

A SME admitiu que tende a reduzir a oferta de Educação de Jovens e Adultos. O município está buscando colaboração com o Estado para repassar àquela rede estudantes nas regiões onde a procura for pequena.

A preocupação das professoras é com jovens de 15 a 17 anos, que não são acolhidos pela EJA estadual. Para esses, foi assegurado que, onde houver demanda, serão ofertadas vagas. Mesmo que no próximo semestre não seja ofertada turma, por falta de interessados, no ano seguinte pode voltar a ser, se houver procura.

Cinco horas

Nas séries iniciais, o turno escolar não será ampliado para 5 horas, garante a SME. E nem a curto prazo será retroagido de 5 para 4,5 horas nas séries finais.

Informa também que primeiro avaliará a situação antes de alterar o tempo de aula.

Tempo de serviço

Outra cobrança da direção sindical é a formação da comissão discutirá a valorização por tempo de serviço. Liliane afirmou que esta é uma questão que será encaminhada com a Secretaria de

Recursos Humanos.

Negociação permanente

A SME se comprometeu a estabelecer um processo permanente de diálogo, para que se possam aprofundar questões de cada segmento da educação municipal. Existem inúmeras reivindicações, críticas e dúvidas que precisam ser resolvidas.



Professoras da base da categoria participaram da conversa na SME

Tabela de Vencimentos do Magistério - Abril/2011 (com 6,5% de reajuste)

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
<<Parte Especial>>									
100	791,64	813,78	836,56	859,99	884,07	908,84	934,29	960,43	987,32
101	1.015,00	1.043,39	1.072,64	1.102,66	1.133,55	1.165,26	1.197,88	1.231,45	1.265,94
102	1.301,35	1.337,83	1.375,26	1.413,75	1.453,38	1.494,08	1.535,89	1.578,87	1.623,14
<<Parte Permanente - Graduação>>									
103	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	0,00	1.199,92	1.233,55	1.268,06	1.303,58	1.340,07	1.377,60	1.416,19	1.455,84
105	1.496,59	1.538,50	1.581,60	1.625,83	1.671,37	1.718,18	1.766,29	1.815,77	1.866,60
106	1.918,86	1.972,58	2.027,84	2.084,61	2.142,97	2.202,95	2.264,68	2.328,09	2.393,27
107-PI	2.460,28	2.529,17	2.599,98	2.672,78	2.747,62	2.824,56	2.903,65	2.984,95	3.068,52
108-PI	3.154,44	3.242,76	3.333,56	3.426,91	3.522,86	3.621,49	3.722,90	3.827,15	3.934,31
<<Parte Permanente - Especialização>>									
107	1.046,93	1.076,23	1.106,39	1.137,37	1.169,21	1.201,94	1.235,60	1.270,22	1.305,75
108	1.342,33	1.379,91	1.418,56	1.458,25	1.499,10	1.541,08	1.584,27	1.628,61	1.674,19
109	1.721,09	1.769,30	1.818,81	1.869,73	1.922,12	1.975,93	2.031,26	2.088,13	2.146,58
110	2.206,71	2.268,48	2.332,03	2.397,30	2.464,44	2.533,44	2.604,39	2.677,30	2.752,25
111-PII	2.829,32	2.908,54	2.989,99	3.073,70	3.159,77	3.248,24	3.339,19	3.432,68	3.528,80
112-PII	3.627,60	3.729,18	3.833,60	3.940,94	4.051,29	4.164,73	4.281,33	4.401,21	4.524,45
<<Parte Permanente - Mestrado>>									
111	1.203,97	1.237,68	1.272,34	1.307,96	1.344,60	1.382,26	1.420,92	1.460,74	1.501,65
112	1.543,70	1.586,91	1.631,36	1.677,02	1.723,99	1.772,24	1.821,87	1.872,90	1.925,35
113	1.979,25	2.034,70	2.091,65	2.150,22	2.210,44	2.272,32	2.335,93	2.401,37	2.468,60
114	2.537,73	2.608,75	2.681,83	2.756,91	2.834,12	2.913,45	2.995,04	3.078,92	3.165,12
115-PIII	3.253,72	3.344,83	3.438,48	3.534,76	3.633,73	3.735,48	3.840,07	3.947,58	4.058,13
116-PIII	4.171,75	4.288,56	4.408,64	4.532,08	4.658,98	4.789,43	4.923,53	5.061,40	5.203,12
<<Parte Permanente - Doutorado>>									
500	1.384,56	1.423,34	1.463,18	1.504,15	1.546,28	1.589,57	1.634,07	1.679,83	1.726,87
501	1.775,22	1.824,92	1.876,02	1.928,54	1.982,55	2.038,06	2.095,12	2.153,78	2.214,09
502	2.276,09	2.339,82	2.405,33	2.472,68	2.541,92	2.613,09	2.686,26	2.761,47	2.838,80
503	2.918,28	2.999,99	3.083,99	3.170,34	3.259,12	3.350,37	3.444,18	3.540,62	3.639,75
504	3.741,67	3.846,44	3.954,13	4.064,86	4.178,66	4.295,67	4.415,94	4.539,60	4.666,71
505	4.797,37	4.931,70	5.069,78	5.211,74	5.357,66	5.507,69	5.661,90	5.820,43	5.983,41

[de-mãos-dadas]
em defesa da escola pública



SISMMAC
Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba
Al. Dr. Muricy, 54, 10º and, Centro,
Fone/fax (41) 3225-6729,
80.010-120 - Curitiba, Paraná
www.sismmac.org.br

Fechamento: 17 horas de 23 de maio de 2011

Gestão "É tempo de resistir e de conquistar"

Coordenação Política

Ana Denise Ribas de Oliveira (tarde), Maíra Beloto de Camargo (manhã e tarde) e Simeri Ribas Calisto (tarde)

Coordenação de Formação

Aline Chalus Vernick Carissimi*, Ângela Maria de Castro (manhã) e Rafael Alencar Furtado (tarde)

Coordenação Institucional

Lorici Kuhn Corsi (tarde)

Coletivo de Coordenações

Alda Perpétuo M Sampaio, Alice M do Nascimento Destri, Ana Lorena de Oliveira Bruel, Beatriz S. do Prado Gabardo, Dalva F Zimmermann, Edicleia Regina Martins, Fabíola Beatriz Franco de Souza, Glacelise Cordeiro Brites, Juliana de Souza, Luciana Szenczuk, Maria Emilia Martins, Regina Klingenfus Scheibe, Rita de Cássia G Waldrigues, Rogério Andriano Lau, Silmara Ayres de Carvalho, Suely Chalegre Barbosa e Vanessa Simas.

Conselho Fiscal

Cláudia Maria Daufenbach, Douglas Danilo Dittrich, Jorge Miguel Malheiros, Joselis Graciano e Miriam Bialli.

Os membros das Coordenações Política, de Formação (exceto *) e Institucional têm liberação para atuar no Sismmac nos períodos dos seus padrões

Jornalista Responsável: Luiz Herrmann (DRT-2331)

Impressão: Jornal do Estado (41-3350-6600); Tiragem: 5 mil exemplares

Participe da eleição no Sismmac

Professores/as elegerão a Diretoria e o Conselho Fiscal da entidade para os próximos três anos

Conheça as chapas inscritas para a eleição sindical

CHAPA 1

Sismmac na Luta – Magistério Unido para Conquistar

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: **Maíra Beloto de Camargo**

Vice-presidente: **Ana Denise Ribas de Oliveira**

1ª Secretária: **Ângela Maria de Castro**

2ª Secretária: **Simeri de Fátima Ribas Calisto**

1ª Tesoureira: **Lorici Kuhn Corsi**

2º Tesoureiro: **Ronaldo de Castro**

Diretoria Pedagógica e Cultural: **Francis Madlener de Lima**

Diretoria de Imprensa e Divulgação: **Renato Pizzatto Vivan**

Diretoria de Formação Sindical: **Aline Chalus Vernick Carissimi**

SUPLENTES DA DIRETORIA EXECUTIVA

Ana Lorena de Oliveira Bruel, Alice Maria Nascimento Destri, Beatriz Schelbauer do Prado Gabardo, Elisa Aparecida Matsuno, Ivana Maria Christoffoli, Miriam Bialli, Sheila Claudia Kozlowski Simonsen, Raphaela Lacerda de Almeida Procópio dos Santos Paula, Terezinha de Jesus Brunatto Carmello, Vanessa Simas

CONSELHO FISCAL

Claudia Maria Daufenbach, Jorge Miguel Malheiros, Fabíola Beatriz Franco de Sousa, Elenise Regina Cesário da Silva, Maria Risolette Berwanger

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

Glacelise Cordeiro Brites, Regina Klingenfus Scheibe, Maria Luciana dos Reis Ramos, Dalva Ferreira Zimmermann

* * * * *

CHAPA 2

Novos Rumos - A Alternativa de Luta

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: **Rafael Alencar Furtado**

Vice-Presidente: **Izabel Cristina Ferreira Pinto de Oliveira**

1ª Secretária: **Cristiane Bianchini**

2ª Secretária: **Rosana Pilch Carlesso**

1ª Tesoureira: **Patrícia Giovana de Morais Rezende**

2ª Tesoureira: **Rozangela Barbosa de Sales**

Diretoria Pedagógica e Cultural: **Siomara Rodrigues Kulicheski**

Diretoria de Imprensa e Divulgação: **Gabriela D. Pereira Alves**

Diretoria de Formação Sindical: **Silmara Ayres de Carvalho**

SUPLENTES DA DIRETORIA EXECUTIVA

Mylena Fernanda Garcia Deutscher, Milaine Alves Barszcz, Eumar André Kohler, Wagner Hauer Argenton, Pedro de Alcântara Pereira Neto, Rodrigo França, Carolina Ferreira da Cunha Maria das Graças dos Santos e Mara Lucia Sempioni Patrinhani

CONSELHO FISCAL

Andressa Fochesatto, Claudiane Pugsley Alves Bueno, Gabriel Conte, João Antonio Rufato e Suzana Pivato

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

Nanci Aparecida Córdova Yasbeck, Anella Bueno da Silva, Eliete Aparecida Batista França, Geny Maria Dallago Pereira Alves e Natália Gaudeda

Nos dia 7 e 8 de junho será realizada eleição para escolher a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal do Sismmac.

Duas chapas foram inscritas. A **Chapa 1 - Sismmac na Luta – Magistério Unido para Conquistar**, com apoio majoritário da atual direção sindical, e a **Chapa 2 - Novos Rumos - A Alternativa de Luta**, de oposição. Observe no quadro ao lado quem compõem as chapas.

A diretoria e o conselho fiscal eleitos terão mandato de três anos, até meados de 2014.

Têm direito a voto nestas eleições todo/a professor/a que se filiou ao Sismmac até seis meses antes da data da eleição. Ou seja, antes até 7 de dezembro de 2010. Também é preciso que tenha quitado suas mensalidades até 30 dias antes da eleição.

Para recolher os votos dos sindicalizados, a Comissão Eleitoral deverá colocar à disposição dos sindicalizados urnas na sede do sindicato e em locais de grande fluxo de professores. Também deverá ofertar urnas itinerantes para percorrer locais de trabalho em todos os turnos.

Para a eleição ser válida, deverão participar do pleito dois terços dos professores em condição de votar. Se não for atingido este quórum, nova eleição será realizada nos dias 21 e 22 de junho. Desta vez será exigida a participação de pelo menos metade dos eleitores.

Se ainda assim não houver quórum estão reservadas as datas de 05 e 06 de julho uma terceira eleição, com no mínimo 30% dos filiados aptos a votar.

Saiba mais

Quem vota?

- Professores/as que tenham se filiado ao Sismmac seis meses antes da data da eleição, de acordo com o estatuto, em vigor desde 1988.

Quando vota?

Nos dias 7 e 8 de junho de 2011

Onde vota?

- Haverá urnas fixas no sindicato e em locais designados pela Comissão Eleitoral.
- Urnas itinerantes percorrerão as escolas e demais locais de trabalho onde haja professores/as sindicalizados, nos dois turnos.

Que documento precisa apresentar?

- Documento com foto
- Contracheque (preferencialmente do mês de janeiro/11).

Aposentadas



Coletivo de Aposentadas lança livro em breve

Está para ser lançado o livro *Memórias Delicadas*, uma publicação organizada pelo Coletivo de Aposentadas do Sismmac.

Por meio de histórias, relatos e poesias, professoras que atuaram na rede municipal de Curitiba e hoje estão aposentadas relembram momentos vividos em salas de aula.

O livro vem sendo trabalhado há cerca de um ano e teve grande impulso com a oficina de texto, coordenada pela professora Sandra Bozza. Agora está em fase final de produção e até julho deverá estar impresso.

Aguarde para breve o seu exemplar de *Memórias Delicadas*.

Pedagógico



Sismmac recebe artigos para revista científica

O Sismmac está aceitando artigos com conteúdo científico para a próxima edição da revista *Chão da Escola*. Este ano será publicado o décimo número da revista, editada anualmente.

Os interessados podem encaminhar seus artigos até 22 de julho. Podem enviar ao e-mail contato@sismmac.org.br, mas devem também entregar cópia em CD na sede do sindicato.

Os textos apresentados serão encaminhados ao Conselho Editorial, que os avaliará e recomendará ou não sua publicação. Pode, inclusive, sugerir alterações para sua publicação.

Este conselho é formado por professores doutores convidados, que voluntariamente colaboram com a publicação do sindicato.

Hora-atividade tem que ser ampliada, já!

Enquanto isto não ocorre, a diferença entre os atuais 20% e os 33,3% previstos na lei deve ser paga como hora-extra



Para o magistério municipal de Curitiba a principal decisão referente à Lei do Piso diz respeito ao aumento da hora-atividade para pelo menos um terço da jornada de trabalho. Hoje a permanência é de 20% da carga horária semanal.

Assim que o STF publicou o acórdão em que considerou constitucional o item da

lei, a direção sindical cobrou da administração municipal o cumprimento da lei.

No dia 9 de maio, a cobrança foi feita à secretária da Educação Liliane Sabbag, em audiência ocorrida na SME.

Em 11 de maio ocorreu o Dia Nacional de Mobilização, convocado pela CNTE. O Sismmac participou de ato conjunto com a APP-

Sindicato, no Centro Cívico e, em seguida, junto com professoras da base da categoria, a direção sindical foi levar uma carta endereçada ao prefeito Luciano Ducci.

No documento, é cobrada a ampliação imediata da hora-atividade e, “até a implantação da nova hora-atividade, a diferença entre os atuais 20% e os 33,3% previstos na lei 11738/2008 deve ser paga como trabalho extraordinário, sob pena de violação à lei federal”.

Itens contestados

• 1/3 de hora-atividade

A lei estabelece em 1/3 da jornada de trabalho o tempo para tarefas extraclasse. No STF não houve consenso. Empate em 5 X 5. Como eram necessários 6 votos para considerar a lei inconstitucional, ela fica valendo.

• Piso não é gratificação

A lei proíbe o uso de gratificações para se chegar ao valor do piso. Por 7 x 2, o STF acabou com os penduricalhos. Salário é salário, não gratificações.

Conheça a história da Lei do Piso

O Fundeb (Fundo da Educação Básica) foi instituído pela Emenda Constitucional 53, em 2006. Nesse texto foi aprovada proposta da deputada Fátima Bezerra (PT/RN), instituindo a fixação do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) em lei específica.

Em março de 2007, o governo federal enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei nº 619, para regulamentar o PSPN e fixar seus valores, que foi apensado a outros projetos semelhantes.

A proposta tramitou sem contestações pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. Foi aprovada com apoio de todos os partidos. Chegou ao presidente Lula, que sancionou a lei 11.738

em 16 de julho de 2008. Era só cumpri-la. Ledo engano.

Em seguida, governadores de cinco estados ingressaram com ação no Supremo Tribunal Federal pedindo a inconstitucionalidade da lei. Bastou para que a maioria dos governantes não colocasse a lei em prática. Principalmente nos estados e municípios mais ricos do país.

É aquela história de dar prioridade à Educação nos palanques, mas não no orçamento. O governante que quiser oferecer ensino de qualidade precisa realizar o devido investimento.

Tão logo começou o movimento contra a lei, a CNTE chamou mobilizações nacionais a favor da Lei do Piso. A primeira

foi em 16 de setembro de 2008.

Em novembro do mesmo ano, o STF analisou preliminarmente a lei. Reconheceu sua legalidade, deixando em suspenso os elementos que compõem o piso (gratificações) e a hora-atividade.

Nos dois anos seguintes, a CNTE e seus sindicatos filiados realizaram várias manifestações em favor da lei. Fizeram pressão sobre o Supremo para que votasse logo a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).

Finalmente, em 6 de abril de 2011, o STF julgou a ADI 4167 e a considerou improcedente. A votação terminou em 27 de abril, com o voto do presidente do supremo, que estava em viagem no início do mês.



Em 11 de maio Sismmac e APP-Sindicato fazem ato conjunto antes de entregarem documentos às autoridades do Município e do Estado

Jurídico do Sismmac participou ativamente da defesa da Lei do Piso

O sindicato foi o único do sul do Brasil e um dos dois sindicatos municipais aceitos como amicus curiae no processo

O Sismmac teve participação destacada da defesa da Lei do Piso junto ao Supremo Tribunal Federal. Quem pode nos contar melhor como isto ocorreu é o advogado Ludimar Rafanhim, que concedeu entrevista ao jornal **De Mãos Dadas**.

No realização deste trabalho, ele e a advogada Cláudia Scheidweiller foram várias vezes a Brasília, sempre que foi preciso os sindicatos e a CNTE se posicionarem com respeito à lei.

Qual foi a participação do Departamento Jurídico do Sismmac na questão da ADI da Lei do Piso?

Ludimar Rafanhim - Logo depois que foi apresentada a ação de inconstitucionalidade contra a Lei do Piso, o Sismmac requereu sua inclusão como *amicus curiae*, para defender a constitucionalidade da lei no Supremo Tribunal Federal. A expressão latina significa amigo da

tucionalidade contra a Lei do Piso, o Sismmac requereu sua inclusão como *amicus curiae*, para defender a constitucionalidade da lei no Supremo Tribunal Federal. A expressão latina significa amigo da



No primeiro plano, à esquerda, o advogado Ludimar Rafanhim, ao lado da professora Ana Denise, diretora do Sismmac e da CNTE, com advogados e lideranças da educação

corde e é usada para designar uma espécie de assistente no processo. O Sismmac foi o único sindicato do sul que teve o pedido aceito e um dos dois únicos de professores municipais, no país.

Qual critério é usado para a corte aceitar ou rejeitar o pedido?

LR - É exigido que o postulante apresente argumentos que vão além daqueles que já estão no processo, que acrescentem elementos à discussão.

E durante o processo, qual foi a participação?

LR - Tivemos várias in-

Magistério organiza luta para corrigir carreiras

Nos próximos dias o I

Em encontro realizado na noite de 19 de maio, no Sismmac, o magistério municipal deu prosseguimento à luta pela valorização por tempo de serviço. Debateu os casos de avanços desiguais na carreira e organizou estratégia para recuperar essas perdas.

Nas negociações com a Prefeitura de Curitiba ocorridas em março uma importante conquista foi o com-

promisso de instituir uma comissão para corrigir distorções havidas na carreira de professores que atuam na rede há mais tempo. É preciso estar bem organizado e municiado de informações para fazer valer esta oportunidade.



VALORIZAÇÃO PELO TEMPO DE SERVIÇO

Mais uma conquista ao alcance do magistério

Participe da luta para corrigir distorções na carreira!

Exemplo anterior

O procedimento é mais ou menos como o ocorrido em 2008 e 2009, e que resultou no reenquadramento de professores que haviam feito mudança de área de atuação para a Docência II. Foi criada a comissão, e nesses encontros, conseguiu-se convencer a administração municipal de que havia distorções nas carreiras de professores, que deveriam ser corrigidas. As últimas referências serão pagas em agosto.

Quem teve prejuízo no momento de mudar de área de atuação teve a situação corrigida. Mas quem teve perdas no momento da transição do antigo para o atual plano de carreiras, em 2001, continua em defasagem.

Proposta do magistério

Como existem diversas variáveis em diferentes carreiras, não foi possível ainda precisar os critérios que devem ser adotados para corrigir as distorções. Por isto, os professores presentes decidiram aprofundar os estudos sobre o tema.

Destes estudos sairá a proposta que será defen-

Participe do próximo encontro e traga os documentos

O próximo encontro para aprofundar os estudos que definirão a proposta do magistério para valorizar o tempo de serviço está marcado para o

- dia 2 de junho,
- às 18h30,
- no sindicato (Al. Dr. Muricy, 54, 10º andar, Curitiba)
- Os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

- Histórico funcional;
- Contracheques do ano de 1991;
- Contracheques de maio a julho de 2001;
- Contracheques de julho a setembro de 2009;
- Contracheques de maio a setembro de 2007;
- Contracheques do mês de mudança de área de atuação e do mês anterior;
- Relatório de situações específicas;
- Outros documentos e relatórios que julgar convenientes.

dida junto à Prefeitura de Curitiba.

Para tanto, está marcado novo encontro no dia 2 de junho, às 18h30, no sindicato, quando os interessados deverão apresentar os seguintes documentos descritos no quadro desta página.

A conquista virá com a luta

Outros passos importantes serão necessários.

1. Cobrar da administração municipal o compromisso

assumido de instituir a comissão que avaliará a valorização pelo tempo de serviço.

2. Fazer com que a reivindicação do magistério seja acatada e se estenda aos aposentados.

Serão necessários momentos de mobilização e de pressão sobre a Prefeitura. Afinal, sem luta, nada se conquista. O Sismmac conta com a participação de todos e todas.

no STF

tervenções. Estivemos presentes em todas as sessões. Em cada fase manifestamos nossa posição e junto com os demais participantes, construímos as diversas intervenções, a estratégia da defesa. Esses participantes aos quais me referi eram a CNTE, a Campanha pela Educação e a Contee, a confederação que representa os trabalhadores na educação no ensino superior.

Não foi a primeira vez que o Departamento Jurídico do Sismmac se destacou nacionalmente...

LR - Participamos, também como *amicus curiae*, na

defesa da Lei 11.301/06, também no STF. Estivemos presentes às sessões e sustentamos a tese de que pedagogas e pedagogos realizam atividades de magistério e, por isto, têm direito à aposentadoria especial. Da mesma forma, o exercício da direção escolar não prejudica o direito à aposentadoria especial.

Com a mesma argumentação conseguimos que o município de Curitiba reconhecesse a lei no mesmo ano. O Tribunal de Contas passou a negar os registros de aposentadoria especial e, após 12 mandados de segurança, fizemos o TC mudar o entendimento.

Alguns casos apresentados na reunião do dia 19 indicam caminhos para se detectar pontos e momentos em que as carreiras foram achatadas.

Levantamento apresentado por uma professora revela que os mais prejudicados foram professores que entraram na rede municipal antes de 1991, atuando da pré-escola à 4ª série, apenas com a formação de magistério.

Essas professoras concluíram curso superior, mas não passaram a receber pela maior habilitação. A Prefeitura de Curitiba justificava dizendo que não havia necessidade de formação superior para atuar nas séries iniciais.

Depois, mesmo fazendo concurso para mudança de área, não houve grande evolução na carrei-

ra. De 1997 a 2001 não ocorreram avanços.

Em 2001, o novo plano de carreira dividiu a tabela em parte especial (para quem tinha magistério) e permanente (com graduação). Professoras que atuavam nas séries iniciais, mesmo tendo diploma superior, foram incluídas na parte especial.

Pior, pessoas que se distribuíam entre várias referências foram incluídas num único ponto no novo plano. Como exemplo, cerca de 3.900 professoras situadas de 21-A a 21-G (em sete diferentes referências) foram enquadradas no padrão e referência 100-C, no novo plano. Quem estava no nível 21-A tinha, em tese, sete anos a menos de serviço e passou a ganhar o mesmo salário de quem estava no 21-G.

Casos concretos indicam momentos de grandes perdas

A mudança da parte especial para a parte permanente só ocorreu em setembro de 2001, depois da implantação do novo plano. Mas aí, o achatamento na carreira já havia ocorrido.

Hoje percebemos que professores aprovados em concurso recente recebem o mesmo ou quase o mesmo que professores com mais tempo de serviço. Exemplo apresentado é de uma professora contratada em 1984 e outra em 1994 que estão no mesmo ponto da carreira, no padrão e referência 105-I.

Outro é de uma mesma professora com dois padrões. No mais novo, de 2002, está posicionada em 108-G. No mais antigo, de 1990, doze anos antes, está no 108-I, apenas duas referências à frente.

Fevereiro de 2011

SALDO DO MÊS ANTERIOR (JANEIRO)

Caixa interno.....	1.399,60
Saldo bancário.....	59.404,88
Saldo Poupança.....	71.538,65
Aplicação CEF.....	700,00
SALDO.....	133.043,13

RECEITAS DO MÊS

Mensalidades Associados.....	78.345,80
Fundo Processual.....	300,00
Outros.....	532,88
TOTAL RECEITA.....	79.178,68

DESPESAS DO MÊS

Informática

Hospedagem/Hostnet.....	33,12
Internet/Onda.....	268,45
Manutenção.....	140,00

Aquisições

Livros/Revistas.....	200,00
----------------------	--------

Assessorias e Serviços

Diiese.....	502,71
Honorários advocatícios.....	3.052,94
Contabilidade.....	1.063,00
Locação copiadora.....	200,00
Assinaturas.....	45,12

Auxílios

Diretoria/Alimentação.....	622,00
Bolsa/Estagiária.....	1.369,50
Diretoria/Transporte.....	790,40
Transporte - assessoria.....	35,20
Aux. transp. estagiário.....	88,00
Contribuições/Doações.....	150,00
Contrib. Estatutária/CUT/CNTE.....	6.574,25
Energia Elétrica/COPEL.....	113,56
Encargos.....	9.437,27

Eventos

Seminários/Palestras.....	566,20
Reuniões/Conselho Rep.....	662,20
Coletivo de Aposentados.....	81,58
Eventos CNTE.....	1.821,84

Funcionários

Salários e aux. transp.....	16.925,87
Férias.....	1.802,23
Assistência médica.....	2.504,83
Cursos especialização.....	220,00

Jurídico

Gastos processuais.....	173,89
-------------------------	--------

Sede

Material de consumo.....	53,57
Material de escritório.....	25,50
Manutenção.....	1.264,15
Aluguel.....	1.748,92
Condomínio.....	1.191,20
Diversos.....	134,28

Telefone

Brasil Telecom/Oi.....	873,54
Vivo.....	1.349,33

Transporte

Transporte.....	560,70
-----------------	--------

Veículos

Combustível.....	262,03
Desgaste/Combustível.....	286,30
Estacionamento.....	86,50
Seguro Gol.....	619,26
Tarifas Bancárias.....	36,50
TOTAL DESPESAS.....	58.335,94

Caixa interno.....	1.014,75
Saldo bancário.....	50.632,47
Saldo Poupança.....	104.589,50
Aplicação CEF.....	700,00
SALDO.....	156.936,72

Solução perto do fim?

Governo do Paraná cadastra os professores que precisam complementar o curso

Segundo informa o governo do Estado do Paraná, a Secretaria de Estado da Educação (SEED) e da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia (SETI), juntamente com representantes das Universidades Estaduais do Paraná, vêm se reunindo para concretizar a forma e os meios para solucionar a questão que envolve os professores do Paraná que participaram do Programa de Capacitação, ofertado pela Vizivali, entre 2002 e 2004.

Dentre as providências definidas, constatou-se a necessidade de um cadastramento de todos os egressos do Programa de Capacitação Vizivali, que tem por objetivo identificar o quadro real da situação acadêmica e funcional, à época e atualmente de cada egresso do programa, esteja ele/a atuando ou não, como professor/a regente em sala de aula.

O cadastramento teve início no dia 20 de maio e ficará disponível neste

portal www.diaadia.pr.gov.br até o dia 30 de maio de 2011.

A informação difundida pela Prefeitura de Curitiba e pelo governo do Estado é de que ambos buscarão solução conjunta para resolver os problemas que afligem professores/as que cursaram a Vizivali e não tiveram seus diplomas reconhecidos.

Orientações

Embora o portal Dia-a-Dia-Educação não deixe claro quem deve se cadastrar, o Sismmac orienta professores da rede municipal de Curitiba que apresentem seus dados. Isto pode favorecer os profissionais da rede municipal.

Os organizadores do cadastramento sugerem uma boa leitura no formulário e a posse de todos os dados solicitados antes do preenchimento, pois as informações registradas devem expressar de forma fidedigna a realidade dos fatos.

Antes de enviar o cadastro, devem ser conferidas todas as perguntas e respectivas respostas.

Os organizadores do cadastro também recomendam arquivar uma via impressa do cadastro preenchido para eventual solicitação. E alertam para o seguinte procedimento: após preencher os dados de cada página, antes de clicar no botão “próximo”, solicite a impressão da página preenchida.

Conecte-se com a gente!

www.sismmac.org.br



Gestão democrática da escola pública é tema de seminário

No dia 2 de junho será realizado o seminário “Gestão Democrática da Escola Pública”, no auditório do Instituto Federal do Paraná (IFPR), na Rua João Negrão, 1285 (Rebouças), das 8h às 17h. Organiza a atividade o mandato da vereadora Professora Josete.

Serão abordados temas como “Conselho Escolar e Associações de Pais, Professores e Funcionários”, “O PNE e os Desafios no Processo de

Efetivação da Gestão Democrática”, entre outros. Os participantes recebem certificado de até oito horas.

As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas pelo email professora.josete@cmc.pr.gov.br ou pelo telefone (41) 3350-4603 até o dia 31 de maio. As vagas são limitadas.

Para se inscrever, é preciso informar os seguintes dados: Nome, Endereço, Profissão, Local de Trabalho, Telefone, e-mail.

PROGRAMAÇÃO

- 08h00 - Credenciamento
- 08h30 - Abertura
- 09h00 - Tema: **Gestão Democrática da Escola Pública - Instrumento fundamental para efetivar o Direito a Educação com qualidade**, com Rosimary de Matos - Secretária Municipal de Educação de Embu (SP).
- 10h00 - Debate
- 10h45 - Palestrante: Nora Lucia Machado Klingelfus - secretária municipal de Educação de Arroio do Sal (RS)
- 11h30 - Debate
- 13h30 - Tema: **O PNE e os desafios no processo de efetivação da Gestão Democrática**, com Andrea Caldas, diretora do Setor da Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR)
- 14h45 - Debate
- 15h30 - **Socializando práticas**: Conselho Escolar e Associação de Pais Professores e Funcionários - Instrumentos de controle democrático a serviço da Educação pública de Qualidade. Conselho Escolar da Escola Municipal Francisco Hubertt -Curitiba; Cooperativa Escolar - Escola Municipal Erasmo Pilotto- Curitiba.
- 17h00 - Encerramento

Participe dos coletivos

Para aprofundar temas relacionados a segmentos específicos da categoria e elaborar propostas de ação e de reivindicação, o Sismmac tem organizado quatro coletivos. Outros podem ser formados, conforme a demanda da categoria.

Observe as datas e horários e participe!

Coletivo de Aposentados

Os próximos encontros serão em

- 26 de maio, quinta-feira
- 30 de junho, quinta-feira às 14 horas, no sindicato

Coletivo da Diversidade Racial

- 25 de maio, quarta-feira
- 29 de junho, quarta-feira às 18h30, no sindicato

Coletivo de Educação Física

- 15 de junho, às 8h e às 13h30, no sindicato

Professores têm propostas ao Plano de Educação

Emendas recuperam propostas da Conae que não foram contempladas no projeto de lei

Neste primeiro semestre de 2011 a CNTE realizou amplo debate sobre o projeto de lei Nº 8.035/2010, que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE). O Sismmac participou com representação.

No seminário foram elaboradas propostas que originaram 60 emendas ao PL, apresentadas ao Congresso Nacional e defendidas na audiência pública realizada em 11 de maio, na Câmara dos Deputados.

Conheça no quadro algumas das 60 emendas da Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação ao PNE.

Elas buscam recuperar para o Plano elementos aprovados na Conae e que não foram contemplados pelo projeto.

As principais emendas dos profissionais da educação ao PNE

1. Criar a Lei de Responsabilidade Educacional, para respaldar o cumprimento das metas do PNE.

3. Criar o Fórum Nacional de Educação, no âmbito do MEC, para articular e coordenar as conferências nacionais de educação, auxiliar a consecução das metas e estratégias previstas no PNE.

4. Efetivar o PNE por regime de colaboração entre a União, os Estados e os Municípios, consultados o Fórum e o Conselho Nacional de Educação.

6. Ampla participação da sociedade na elaboração e adequação dos planos de educação dos Estados e Municípios, assegurando-se o envolvimento das comunidades escolares, trabalhadores da educação, estudantes, pesquisadores, gestores e organizações da sociedade civil.

7. Definir os parâmetros do Custo Aluno Qualidade (CAQ), que servirão de referência para dotações orçamentárias, por amplo debate.

8. Universalizar o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos até 2016 e o acesso à creche até 2020.

15. Induzir os sistemas de ensino a observarem relação professor/aluno, considerando as seguintes diretrizes:

a) educação infantil, de 0 a 2 anos: 6 a 8 crianças por professor;

b) educação infantil, de 3 a 5 anos: até 15 crianças;

d) ensino fundamental, anos iniciais: 20 estudantes;

e) ensino fundamental, anos finais: 25 estudantes;

f) ensino médio e educação superior: 30 estudantes.

29. Garantir oferta gratuita e preferencialmente pública dos cursos de formação inicial e continuada na educação.

31. Implantar em um ano uma política nacional de formação continuada para funcionários de escola, em regime de colaboração com os sistemas de ensino.

38. Valorizar o magistério, a fim de igualar o rendimento mé-

dio do profissional do magistério ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

41. Nos planos de carreiras incluir a implementação gradual da carga de trabalho cumprida em uma única escola.

42. Observar, nos planos de carreira dos sistemas de ensino da educação básica, o mínimo de 1/3 da jornada para hora-atividade.

43. Estruturar os sistemas de ensino para atingir, no magistério, 90% de servidores por concurso.

46. Condicionar a assinatura de contratos e os repasses voluntários da União para os entes federados ao cumprimento dos requisitos da Lei do Piso.

48. Estimular a gestão democrática com ampla participação da comunidade na gestão escolar, por eleição de diretores, constituição de grêmios estudantis e fortalecimento dos conselhos escolares, fóruns de educação, conselhos de educação, com ampla participação social.

53. Ampliar o investimento na educação pública em relação ao Produto Interno Bruto, em 1% ao ano, para atingir 10% do PIB até 2016, podendo ser mantido ou ampliado, até que o paradigma proposto pelo PNE seja consolidado.

54. Garantir o aumento dos recursos vinculados à educação de 18% para 25% da União; e de 25% para 30% (estados e municípios), no mínimo.

55. Destinar 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação, sendo 70% transferidos a estados e municípios, para programas de educação básica.

56. Tornar públicas e transparentes as receitas e despesas do total de recursos destinados à educação.

57. Constituir as secretarias de educação municipais e estaduais como unidades orçamentárias.

58. Garantir, em articulação com os tribunais de contas, a formação dos conselheiros/as do Fundeb, para que tenham atuação qualificada.

Senadores propõem aumento da carga horária de ensino anual

Educadores criticam proposta desvinculada do PNE e de um projeto de educação integral e de qualidade

CNTE - Em 3 de maio, o Senado Federal aprovou o PLS 388/2007, de autoria do senador Wilson Matos (suplente do senador Álvaro Dias - PSDB/PR). O projeto visa aumentar de 800 para 960 horas a carga horária mínima anual nos ensinos fundamental e médio. A matéria segue, agora, para a Câmara dos Deputados.

A CNTE manifestou estranheza por um assunto tão relevante - ainda mais quando se discute o Plano Nacional de Educação - tenha sido aprovado sem que a sociedade e o MEC se pronunciassem sobre a matéria.

Apesar do projeto ter tramitado desde 2007 e passado por três relatores, nenhuma audiência pública foi realizada para escutar os atores educacionais.

A CNTE considera que o projeto poderia estar em sintonia com outras dimensões que envolvem a qualidade da educação, a exemplo:

- do currículo, procurando evitar o aprofundamento de seu

caráter conteudista;

- dos tempos e espaços pedagógicos, com a perspectiva de universalizar uma nova escola, de tempo integral;

- do financiamento da renda e da infraestrutura escolar, pelo menos;

- do número de estudantes em sala de aula, visto que estudos mostram que grande parte do trabalho do/a professor/a destina-se a disciplinar o excessivo número de estudantes em sala.

Adaptação perversa

A CNTE pergunta da avaliação de que a democratização do acesso à escola pública, no Brasil, deu-se por meio de uma adaptação perversa nos sistemas de ensino, em que a economia dos insumos com manutenção e desenvolvimento do ensino regeu as condições para a oferta educacional. Disso resultaram

(i) o fim do período integral nas escolas públicas, criando-se de dois a quatro turnos diários (economia de espaço físico) e

(ii) a multiplicação da jornada do professor (economia na contratação de pessoal).

O projeto do PNE, em debate na Câmara dos Deputados,

propõe que os entes públicos ofereçam educação em tempo integral à metade dos estudantes das escolas públicas de educação básica, com no mínimo sete horas diárias de atividades. Para tanto, são apresentadas seis estratégias que visam contemplar novas estruturas organizativas e pedagógicas para as escolas.

Uma das críticas da CNTE ao PNE formulado pelo Executivo refere-se a seu caráter preponde-

rantemente colaborativo entre os entes federados, não amarrando as responsabilidades de cada qual para com metas específicas. Neste sentido, considera que o PLS

388/07 poderia oferecer uma melhor contribuição à educação caso previsse institucionalizar parte dos objetivos do PNE - no caso, a progressão da jornada de tempo integral para toda a educação básica (não apenas aos ensinos fundamental e médio) aliada a outros dispositivos que versam

sobre a relação de estudantes por professor por etapas e modalidades de ensino e sobre a gestão e o financiamento escolar.

A falta de uma visão sistê-

“A falta de uma visão sistêmica - corretamente perseguida pelo MEC, nos últimos anos - torna o PLS 388/07 insuficiente para contemplar os objetivos expressos nas deliberações da Conae”

mica - corretamente perseguida pelo MEC, nos últimos anos - torna o PLS 388/07 insuficiente para contemplar os atuais objetivos da educação pública brasileira, expressos nas deliberações da Conae (Conferência Nacional de Educação). Também a dissociação com outros elementos pedagógicos - em especial os que tratam de tempos, espaços e currículos - torna-o mais um “remendo” que tanto se tenta evitar na educação.

Mais que reforçar a visão conteudista do currículo - e somente ela - um bom projeto sobre jornada escolar deveria contemplar também novas concepções pedagógicas que valorizassem o aprendizado cognitivo dos estudantes, com vistas a assegurar-lhes, de fato, a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (art. 22 da LDB). Sem isso, pouco ou quase nada se acrescentará para a melhoria da qualidade da educação.

Atividades em Curitiba e todo país colocam educação em destaque

O cumprimento da Lei do Piso e as emendas ao Plano Nacional de Educação concentraram as atenções



Ernestina Lesina Séc. XX

Militante anarquista, Ernestina teve importante papel na fundação do jornal operário *Anima e Vita*, surgido em São Paulo no princípio do século XX. Foi conferencista e oradora em manifestações proletárias, propagando as idéias de emancipação da mulher e da classe operária.

São poucas as figuras femininas registradas pela história do trabalho no Brasil. Podem-se citar Ernestina, Elizabetta Valentini, italiana anarquista que pronunciava conferências em italiano no Círculo Educativo Libertário Germinal sobre o papel da mulher na emancipação da classe trabalhadora e, nos quadros do Partido Comunista, a poetisa Laura Brandão.

Isto não significa, entretanto, que as mulheres operárias estivessem ausentes das greves ocorridas na Primeira República. Em São Paulo, as greves de 1901, na fábrica de tecidos Sant' Anna, e de 1902, na fábrica Anhaia, foram em resposta aos maus-tratos sofridos pelas trabalhadoras, que culminaram com a expulsão da tecelã Emma Sartorelli, de 17 anos.

Em 1905 e 1907 aconteceram movimentos paredistas na Anhaia, Sant' Anna e na Matarazzo & Cia, e, finalmente, em 1917, no Cotonifício Crespi, as mulheres foram decisivas na deflagração do mais importante movimento grevista de São Paulo.

Ernestina dedicou sua militância à transformação das condições de vida da classe operária e, sobretudo, da mulher operária. Em 1906, por sua influência, foi fundada a Associação de Costureiras de Sacos, que no mesmo ano lançou contundente proclamação às filiadas, convocando-as à luta pela redução da jornada de trabalho e pela organização de um sindicato da classe.

Fonte: Everardo Dias, História das lutas sociais no Brasil: Maria Valéria Juno Pena, Mulheres e trabalhadoras – presença feminina na constituição do sistema fabril. IN Schumacher, Schuma. Brasil, Érico Vital. Dicionário Mulheres do Brasil, Zahar, 2ª edição. RJ, 2001



fotos: CNTE

Acima e ao lado, profissionais da educação de Curitiba acompanham audiência pública em Brasília



Ao lado e abaixo, momentos da XXX Sessão Plenária do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública

fotos: Sismmac



De 25 a 29 de abril foi realizada a XII Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, promovida pela CNTE/CUT e suas entidades filiadas. E no dia 11 de maio ocorreu o Dia Nacional de Mobilização.

Dois temas concentraram as atenções. A discussão do projeto de Plano Nacional de Educação e a aplicação imediata da Lei do Piso.

Em Curitiba, algumas atividades ocorreram em parceria com a APP-Sindicato, que, como Sismmac, também é filiada à CNTE. No dia 26 de abril foi realizada panfletagem na Boca Maldita, para levar as bandeiras da educação à população, diretamente e por meio da imprensa, que foi convocada e cobriu as atividades.

Nos dias 29 e 30 de abril foi realizada a 30ª Sessão Plenária do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública. Reuniu diferentes segmentos das diversas modalidades de educação para debater o PNE e elaborou propostas que foram encaminhadas a Brasília. Em boa parte, endossam e reforçam as propostas definidas nacionalmente pela CNTE. Leia na página 7.

Mobilização Nacional

No dia 11 de maio ocorreram mobilizações e paralisações por todo o país. Em Curitiba, o Sismmac e a APP-Sindicato no Centro Cívico e entregou documento endereçado ao prefeito cobrando a ampliação da hora-atividade. Leia na página 4.

O Sismmac também participou com dez representantes na manifestação que reuniu cerca de 1.500 pessoas em Brasília. O mote era a frase 'A educação quer mais'.

Na Câmara dos Deputados, as delegações aproveitaram para visitar os parlamentares de suas regiões. Cinquenta pessoas foram escolhidas para assistir à primeira Audiência Pública da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação (PNE), realizada no plenário II.

A partir do auditório Nereu Ramos, os demais assistiram a audiência por telão.

Às 18h, a direção da CNTE foi recebida pelo ministro da educação, Fernando Haddad, onde eles discutiram a implementação da lei do Piso, PNE e Profucionário.